

Ulysses repele ataque da TV à Constituinte

Ao abrir ontem a sessão da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães deu conhecimento ao plenário das providências preliminares por ele tomadas em face dos «insultos, doestos e injúrias» veiculados pelo programa Hebe Camargo, da TVS, e que, segundo ele, «mais do que os constituintes, atingiram a própria instituição».

Ulysses foi muito aplaudido pelo plenário e recebeu, na hora, a solidariedade do vice-líder de plantão na bancada do PMDB, deputado João Hermann (SP). Aproveitando a oportunidade, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) disse que a nação está sendo mal informada a respeito do que estão fazendo os constituintes e propôs a Ulysses a requisição de rede de rádio e televisão, em horário nobre, por 15 minutos, para pessoalmente esclarecer o país sobre os trabalhos da Constituinte.

A proposta recebeu o apoio também da deputada Sandra Cavalcanti (RJ), em nome do PFL, mas com a condição de que Ulysses fale apenas sobre os trabalhos da Constituinte. Ulysses não se pronunciou.

Quando ao caso Hebe, Ulysses, assim que chegou ao ple-

nário, ali já encontrou, à sua espera, o jornalista Carlos Henrique de Almeida Santos, representante da TVS. Com ele conversou cerca de 10 minutos, enquanto aguardava o número regimental para abrir a sessão. Depois, anunciou ao plenário ter chegado a seu conhecimento que num programa de televisão houve «insultos» e «injúrias» aos constituintes. Não citou o programa, nem a apresentadora, nem a emissora.

«A instituição foi ultrajada — acrescentou — talvez por leviandade, o que é inadmissível num meio de comunicação que atinge grandes áreas da população, ou, o que é pior, com o intuito de desmoralizar o Congresso Nacional, o que significa desmoralizar a própria democracia».

«Não aceitamos isso!» — continuou. Deu conta então de ter entrado em contato com o ministro Antonio Carlos Magalhães, para a requisição «da fita do malfadado programa», e com o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, para exame das medidas que poderão ser tomadas «na defesa, mais do que dos constituintes, da democracia neste país».